



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Termo de Referência Nº 95/2026

LOCAÇÃO DE VEÍCULOS - ELEIÇÕES/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 - DO OBJETO

1.1.1 - Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos, **por demanda**, com os respectivos condutores, combustível e seguro total (sem franquia securitária), para as Eleições/2026.

1.1.2 - Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.1.3 - O prazo de vigência da presente contratação é da data da divulgação no Portal Nacional de Compras Públicas, até 20/12/2026, com possibilidade de prorrogação por interesse das partes na forma delineada nos Arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Justificativa)

Para viabilizar a concretização de seus deveres e serviços, os órgãos da Administração Pública precisam movimentar pessoas e recursos. No caso do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – TRE-PI, servidores são transportados diariamente para concluir atividades de rotinas, auxílio aos Cartórios Eleitorais, traslado de servidores para eventos profissionais e reuniões etc.

A utilização de veículos também serve para o transporte de materiais bem como outras atividades de apoio. A necessidade de veículos com motorista se amplia no período eleitoral que, neste caso, é reforçada para atendimento de demanda específica, qual seja, disponibilização de veículos com motorista para transporte de servidores visando atender às necessidades decorrentes das Eleições/2026, principalmente as atividades de apoio às Zona Eleitorais, tais como treinamento, manutenção/instalação de equipamentos, reforço de servidores nos dias próximos ao da eleição etc.

Vale dizer que essas demandas surgiram nas Eleições Municipais de 2018 e foi atendida por meio dos contratos de locação de veículos com motorista. Se repetiu em 2020, 2022 e 2024 solucionando essa demanda com eficiência e economia.

Esta é uma ação constante P.O. das Eleições de 2026. Essa necessidade é temporária e especificamente decorrente das eleições/2026.

Embora esta Especializada possua em sua estrutura organizacional cargo que tenha por função os fins almejados, bem como possua uma frota de veículos, isso não é suficiente para atendimento da demanda criada para o fim aqui tratado. Vale ressaltar que o Tribunal conta com uma quantidade pequena de motoristas, tanto do quadro de servidores como terceirizados, não sendo suficiente para atendimento do incremento de demanda provocada pelas eleições vindouras.

Essa contratação encontra guarida no Decreto nº 9.507/2018, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal para atividades acessórias, caso como de serviços de locação de veículos. A Resolução TRE-PI nº 420/2021, que institui o Plano Estratégico 2021/2021. O ANEXO I da referida resolução traz o MAPA DA ESTRATÉGIA DO TRIBUNAL ELEITORAL DO PIAUÍ 2021-2026.”:

Portanto, a contratação do serviço objeto deste Termo de Referência é necessária, visto que tal atividade é considerada meio às funções institucionais desta Justiça Eleitoral, podendo, desta forma, ser contratada de empresa com expertise em locação de veículos.

3. DEFINIÇÕES

3.1 EQUIPE DE GESTÃO – Comissão composta por servidores deste TRE-PI sob os quais repousa a responsabilidade de gerência desta contratação.

3.2 LÍDER DA MISSÃO – Profissional desta Justiça a quem cabe verificar a lisura das informações contida no Relatório de Execução de Ordem de Serviço. Sendo este o conduzido à última localidade da Rota se não houver designação pela unidade solicitante.

3.3 FISCAL DA EXECUÇÃO FÍSICA – servidor da Unidade demandante deste TRE-PI sobre o qual cabe a operacionalização desta contratação.

3.4 ORDEM DE SERVIÇO – expediente (e-mail) que será utilizado pela Administração para a solicitação, acompanhamento e controle de tarefas relativas à execução desta contratação que deverá estabelecer tipo de veículo, requisição, quantidades estimativas, itinerário, prazos e custo mínimo da atividade a ser executada e possibilitar a verificação da conformidade do serviço executado com o solicitado.

3.5 PREPOSTO – representante da CONTRATADA, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato.

3.6 PERNOITE – corresponde à indenização devida à CONTRATADA referente ao custo de hospedagem do condutor do veículo disponibilizado quando da necessidade deste em pernoitar em município distinto ao desta Capital, cujo valor máximo para esta contratação é de **R\$ 244,35** (média de valores junto a outras contratações públicas). No valor deve estar estimado pela CONTRATADA os custos tributários (PIS, COFINS, INSS, ISS etc.), dentre outros, que, por força de lei, serão retidos pelo CONTRATANTE.

3.7 DIÁRIA – valor da disponibilização de veículo pela CONTRATADA ao CONTRATANTE por um período de 24 (vinte e quatro) horas, na forma usual de mercado.

3.7.1 A carga horária do motorista é a prevista na legislação trabalhista, podendo, excepcionalmente, em caso de força maior, ser prorrogada (serviços extraordinários).

3.8 ROTEIRO (ITINERÁRIO) – detalhamento das localidades por onde o veículo deve passar quando da execução de uma ordem de serviço.

3.9 FRANQUIA – é a quantidade de **160 (cento e sessenta) quilômetros** que para esta contratação é imputada a cada veículo disponibilizado ao CONTRATANTE. Não havendo deslocamento ou deslocamento inferior a **160 (cento e sessenta) quilômetros/dia**, é devido a CONTRATADA o número de DIÁRIAS solicitada pelo CONTRATANTE.

3.10 QUILOMETRAGEM RODADA: Entende-se por quilometragem rodada, a utilização do veículo a serviço deste TRE-PI, verificada pela diferença entre a quilometragem final subtraída da quilometragem inicial da viagem por meio dos dispositivos adotados neste Termo de Referência.

3.11 QUILOMETRAGEM EXCEDENTE: Entende-se por quilometragem excedente, a diferença positiva entre a quilometragem rodada pelos veículos e a quilometragem franqueada {Quilômetros rodados - (franquia/dia x nº de diárias utilizadas)}.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

4.1 DAS CARACTERÍSTICAS DOS VEÍCULOS A SEREM LOCADOS

4.1.1 Para os fins desta contratação o veículo a ser utilizado deverá ter motorização e robustez dentre outras características, como segue:

Tipo	Modelo de referência	Motorização mínima	Versão	Robustez	Outras características (mínimas)
01	Onix	1.0	Sedan ou <i>hatch</i> básico	Passeio	4 portas; capacidade p 05 pessoas; ar-condicionado; direção hidráulica e ano 2019 c superior.
02	Compass	2.0 ou turbo	SUV médio	Passeio	4 portas; capacidade p 05 pessoas; ar-condicionado; direção hidráulica e ano 2019 c superior.

4.1.2 Os modelos de referência elencados acima são meramente ilustrativos, podendo ser substituídos por outros, desde que atendam as configurações supramencionadas.

4.1.2.1. Preferencialmente os veículos a serem disponibilizado devem utilizar combustível renovável (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade etc.) e, obrigatoriamente, até 02 (dois), veículos do Tipo 01 com motores elétricos devem estar disponíveis para deslocamento na Zona Metropolitana de Teresina.

4.1.3 O número mínimo de veículos está descrito no item 4.2.8.

4.2. DA ESPECIFICAÇÕES DA LOCAÇÃO

4.2.1. Os serviços somente serão utilizados quando houver interesse deste TRE-PI.

4.2.2. Nesta contratação, haverá fornecimento de mão de obra de motorista por parte da CONTRATADA.

4.2.3. A empresa contratada disponibilizará os veículos solicitados, na data e hora prevista na Ordem de Serviço;

4.2.4. A Ordem de Serviço será enviada, por e-mail, ao preposto da contratada, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil da disponibilização do veículo com motorista.

4.2.5. A comunicação prevista na Ordem de Serviço poderá ser reforçada por telefone ou WhatsApp (conforme ficar acordado em reunião de esclarecimentos prévio ao início do contrato).

4.2.6. Na Ordem de Serviço deverá constar o objetivo da locação, data de disponibilização do veículo, a quantidade de diárias, rotas e quantidade de pernoites (em caso de viagem).

4.2.7. Para os veículos Tipo SUV, serão utilizados, preferencialmente, em deslocamento de autoridades, podendo ser utilizado em viagens.

4.2.8. O CONTRATANTE poderá fazer uso simultâneo de até **10 (dez) veículos** do tipo I - sedan ou *hatch* básico e **até 05 (cinco)** do tipo II - SUV.

4.2.9. Os veículos tipo “Sedan ou *hatch* básico” serão utilizados, preferencialmente em viagens que surgirem ou para outras demandas na sede do TRE-PI etc.

4.2.10. Os veículos solicitados deverão ser colocados à disposição do CONTRATANTE na sede do TRE-PI, situado à Praça Des. Edgar Nogueira, 80 – Centro Cívico – Teresina - PI.

4.2.11. A Ordem de Serviço contemplará a execução de pelo menos 01 (uma) diária para cada veículo requisitado, vedando-se a requisição fracionada de diária;

4.2.12. Ultrapassada a quilometragem franqueada para os veículos – que para esta contratação é de 160 quilômetros/por diária – caberá à CONTRATADA o recebimento da quilometragem excedente, cuja precisão de aferição será de uma casa decimal.

4.2.13. Será considerado ultrapassada a quilometragem franqueada quando a quilometragem verificada no período de locação ultrapassar a soma das franquias diárias para esse período - {Quilômetros rodados - (franquia/dia x nº de diárias)}.

4.2.14. Não poderá ser cobrado do CONTRATANTE qualquer tipo de franquia, quando da necessidade de utilização do seguro.

4.2.15. É de responsabilidade da CONTRATADA a limpeza de veículo, o abastecimento ou reabastecimento de combustível.

4.2.16. Havendo necessidade de manutenção de veículos durante a execução dos serviços, a quilometragem acrescida e os pernoites porventura realizados por tais fatos **não** serão ressarcidos pelo CONTRATANTE.

4.2.17. Havendo necessidade de realização de pernoite do motorista disponibilizado pela CONTRATADA fora desta Capital, além do valor da quilometragem excedente, caberá à CONTRATADA o recebimento de cada pernoite realizado. Portanto, caberá à CONTRATADA prover os recursos para o alojamento e alimentação do seu motorista.

4.2.18. Cada ROTA está vinculada a apenas um veículo, ou seja, havendo necessidade de locação de mais de um veículo para o mesmo destino haverá expedição de Ordens de Serviço em número equivalente.

4.2.19. Caberá ao profissional da Justiça Eleitoral (Líder da missão ou outro servidor) que presenciar o ocorrido nos subitens 4.2.16 e a não observância do subitem 6.1.30 anotar a quilometragem e fazer constar no **Anexo II** para os fins de abatimento desta no cálculo dos valores a ser pago à CONTRATADA.

4.2.20. Os valores constantes no Anexo I são valores estimados, pois os tais servirão como base para uma remuneração MÍNIMA da CONTRATADA, ou seja, os valores devidos serão os levantados pela Equipe de Gestão após recebimento do Relatório de Viagem devidamente preenchido e visado pelo condutor da CONTRATADA.

4.2.21. A CONTRATADA só poderá expedir a fatura dos serviços após recebimento, via *e-mail*, do **Anexo II** por parte da Equipe de Gestão, para que esta verifique a conformidade destes e informe, a CONTRATADA o quantum fará jus pelos serviços;

4.2.22. Ocorrendo situação em que o Odômetro apresente defeitos, a remuneração terá por base a quilometragem da cidade mais distante da Ordem de Serviço. Portanto, não será computada a quilometragem excedente, a menos que, pelo Líder da missão, ou outro servidor desta Justiça, tenha havido registro de Relatório de Viagem - de leitura do odômetro que possa embasar parte do pagamento na forma pactuada, considerando os ajustes necessários por parte da Equipe de Gestão.

4.3. DA FORMAÇÃO DE GRUPO

A contratação ocorrerá através de um único grupo, conforme justificativa contida ETP, Item 7.

4.4 DOS LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO GRUPO

4.4.1. Quando da solicitação de veículo com o motorista, este deverá ser apresentado à chefia da Seção de Administração Predial e Transporte, situado à Praça Des. Edgar Nogueira, 80 – Centro Cívico – Teresina - PI (Sede do TRE-PI).

4.4.2. O local de apresentação poderá ser diferente, quando devidamente solicitado pela fiscalização do contrato.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 – Requisitos necessários ao atendimento da necessidade

Serviços a serem prestados por empresa do ramo.

Disponibilizar motoristas devidamente habilitados, com experiência mínima de 1 (um) ano, comprovado da data da emissão da carteira de habilitação definitiva.

Os veículos deverão ser apresentados em perfeito estado de conservação, limpeza e segurança e portar os equipamentos obrigatórios exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

A contratada deverá disponibilizar os veículos com apólice de seguro total (incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material).

5.2 – Natureza continuada do serviço a ser contratado

Importa registrar que o serviço visa atender a uma demanda específica e temporária, **não tendo**, portanto, **execução continuada**. Desse modo, a contratação será delimitada pela quantidade de diárias necessárias e especificadas no termo de referência, se estendendo pelo período previsto para realização e conclusão das Eleições de 2026 (até 20.12.26).

5.3 – Duração inicial do contrato de prestação dos serviços.

O prazo de vigência da presente contratação é da data da divulgação no Portal Nacional de Compras Públicas, até 20/12/2026, com possibilidade de prorrogação por interesse das partes na forma delineada nos Arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

5.4 – Necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas

Dada a baixa complexidade dos serviços pleiteados não há a necessidade de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, a fim de que não haja solução de continuidade, visto que se pode, a cada novo contrato, recomençar os trabalhos sem empecilhos.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, a empresa CONTRATADA se obriga a:

6.1.1. Disponibilizar, até o dia útil subsequente à solicitação feita pelo TRE-PI, veículo devidamente higienizado, a contar da data e hora da solicitação emitida por participante da gestão do contrato, ou pelo Chefe da SEAPT/TRE-PI, ou pelo titular da COAAD/TRE-PI ou ainda pelo Secretário de Administração, Orçamento e Finanças do TRE-PI;

6.1.2. Executar fielmente o objeto contratado;

6.1.3. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para a execução dos serviços;

6.1.4. Zelar pela execução dos serviços, apresentando qualidade e perfeição;

6.1.5. Apresentar documento comprobatório sobre sua regularidade perante o órgão que controla a atividade comercial;

6.1.6. Indicar formalmente um preposto, para tratar de todos os assuntos pertinentes à execução do contrato;

6.1.7. Responsabilizar-se por toda manutenção necessária nos veículos.

6.1.8. Em caso de falhas mecânicas, acidentes, panes e outras, deve providenciar a imediata substituição do veículo por outro similar em tempo não superior ao necessário para deslocamento no trajeto TRE/Local da substituição;

6.1.9. Fornecer, caso não disponha momentaneamente de veículo nas especificações exigidas, outro com qualidade superior, com aprovação do Gestor do contrato, sem nenhuma majoração de preço;

6.1.10. Apresentar ao Gestor de contrato ou, na ausência deste, ao Líder da missão toda documentação dos veículos devidamente regularizada junto ao DETRAN e demais órgãos competentes, quando da apresentação ou substituição dos veículos, respectivamente;

- 6.1.11. Apresentar os veículos em perfeita condição de uso e dotado de todos os equipamentos obrigatórios, conforme a legislação pertinente;
- 6.1.12. Às suas expensas, apresentar os veículos ao Gestor do contrato ou, na ausência deste, aos Líderes das missões com os tanques de combustíveis abastecidos na sua capacidade máxima (ou próxima a isto) e providenciar o reabastecimento destes sempre que necessário.
- 6.1.13. Disponibilizar o sistema de comunicação eficiente com a CONTRATANTE (telefone, conta de e-mail, celular e outros) para atendimento, principalmente, em período não comercial, incluindo dias não úteis (à noite, finais de semana e feriados) para atendimento de emergências;
- 6.1.14. A CONTRATADA deverá dispor, às suas expensas, para o CONTRATANTE duas contas de e-mail's de provedores distintos a fim de receber expedientes da Gestão do Contrato ou da Administração do TRE-PI.
- 6.1.15. A contratada deverá informar ao Gestor número de telefone disponível 24 horas durante o período desta contratação para contato em caso de pane ou necessidade urgente;
- 6.1.16. Manter a documentação dos veículos devidamente atualizada, inclusive as apólices de seguros;
- 6.1.17. A contratada deverá ter contrato de seguro, sem ônus para o TRE-PI, abrangendo, no mínimo, as seguintes coberturas:
- a) Danos Materiais a terceiros: R\$ 50.000,00
 - b) Danos Corporais a terceiros: R\$ 50.000,00
 - c) Danos Morais a terceiros: R\$ 5.000,00.
- 6.1.18. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato;
- 6.1.19. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou este contrato;
- 6.1.20. Assumir a responsabilidade por roubo, furto, colisão, incêndios, danos a terceiros, franquia prevista em seguro ou qualquer incidente com o veículo locado;
- 6.1.21. A responsabilidade civil por danos decorrentes da utilização de veículos deve ser integralmente da CONTRATADA, vedada a cobrança de qualquer valor do CONTRATANTE;
- 6.1.22. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, vinculados à execução do presente projeto, bem como por qualquer dano causado a terceiro ou ao contratante, em decorrência de ato seu ou de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 6.1.23. Arcar com todos os custos diretos e indiretos decorrentes da prestação dos serviços objeto deste instrumento, tais como os relativos à contratação de seguros, IPVA, os relativos aos custos trabalhistas, previdenciários e demais encargos relativos aos motoristas, conservação, manutenção preventiva e corretiva e abastecimento de combustível dos veículos.
- 6.1.24. Manter o CONTRATANTE a salvo de quaisquer demandas, queixas, reivindicações ou reclamações de qualquer natureza, decorrentes da execução dos serviços objeto deste instrumento;
- 6.1.25. Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, conforme Lei 14.133/2021;
- 6.1.26. Responsabilizar-se por todas as despesas com multas, taxas, impostos e outras que vierem a ser determinadas pela legislação pertinente, durante a prestação dos serviços objeto desta contratação;
- 6.1.27. Instruir seus motoristas a utilizar o ar-condicionado dos veículos, de maneira a transportar os passageiros de maneira confortável;
- 6.1.28. Respeitar, de maneira irrestrita, as normas de trânsito previstas no Código Brasileiro de Trânsito e nas Resoluções do CONTRAN, normas do DETRAN-PI, e em especial aquelas, referentes à segurança de trânsito e dos passageiros, as quais declara conhecer;
- 6.1.29. Disponibilizar veículo com o odômetro em perfeito funcionamento, sendo que para deslocamento para localidades pertencentes à Zona Metropolitana de Teresina pelo menos 02 (dois) veículos do Tipo 01**

de motorização elétrica sejam disponibilizados simultaneamente.

6.1.30. Abastecer, durante a execução dos serviços, os veículos em postos às margens das rodovias a fim de evitar acréscimos desnecessários na quilometragem que, neste caso, não cabem remuneração;

6.1.31. Entregar à Gestão do contrato ou ao Líder da missão eventuais bens deixados no interior dos veículos pelos passageiros.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 Solicitar, por e-mail, a disposição do(s) veículo(s) à CONTRATADA, informando, pelo menos, o tipo, datação do período, hora de apresentação do veículo ao CONTRATANTE, quantidade de veículos e pernoites previstos;

7.2 Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente contratação;

7.3 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, sem excluir a responsabilidade decorrente da fiscalização a ser exercida pela contratada;

7.4 Comunicar à contratada as alterações que entender necessárias ao cumprimento do objeto do contrato;

7.5 Fazer o pagamento correspondente aos serviços efetivamente executados.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

8.2 A fiscalização do contrato será exercida por servidores designados em Portaria da Presidência do TRE-PI, ambos lotados na Seção de Administração Predial e Transportes, que deverão observar as determinações da Resolução TRE-PI nº 146/2008, que trata da fiscalização de contratos administrativos no âmbito do TRE-PI, em especial o seguinte:

8.2.1 Acompanhar a execução dos serviços, observando a sua conformidade aos termos contratuais, registrando em arquivo próprio as ocorrências verificadas;

8.2.2 Solicitar, por escrito, à Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças, a autuação de processo visando à apuração de responsabilidade da CONTRATADA, quando configurado prejuízo à Administração Pública, indicando o dispositivo contratual infringido e juntando os documentos que comprovem as providências tomadas pela fiscalização perante a CONTRATADA;

8.2.3 Efetuar a certificação da prestação dos serviços regularmente executados, procedendo à devolução, via ofício, à CONTRATADA, dos documentos fiscais, para eventuais correções que se fizerem necessárias;

8.2.4 Prestar os esclarecimentos necessários acerca da execução do contrato a qualquer unidade do TRE-PI, quando solicitado.

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. **O pagamento será mensal** e deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a entrega da respectiva Nota Fiscal, devidamente conferida e atestada por servidor designado pelo TRE-PI, observada a ordem cronológica da sua apresentação.

9.1.1 - A contratada deverá emitir Nota Fiscal correspondentes aos serviços prestados no mês de referência.

9.1.2. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, creditada em favor do(s) fornecedor/prestador de serviço vencedor, após apresentação da Nota Fiscal respectiva

9.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$I = (TX/100) / 365$

$EM = I \times N \times VP$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

9.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

10. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

10.1. Em observância ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais:

10.1.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

10.1.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

11. DO CONTRATO

11.1 Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será firmado Contrato referente à execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, tendo como base o que preceitua o artigo 95, inciso II da Lei 14.133/2021, que deverá atender aos dispositivos constantes deste Termo de Referência.

12. DAS SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

12.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) advertência, quando o fornecedor der causa a inexecução parcial do Contrato, sempre que não justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021);

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento); ultrapassado esse limite, poderá ser caracterizada a inexecução total do objeto;

c) multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

d) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o total do contrato pela sua inexecução parcial e de até 20% (vinte por cento) sobre o total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

e) impedimento de licitar e contratar com Administração Pública Federal direta e indireta, por prazo não superior a 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 12.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem 12.1 e as condutas previstas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 12.1 que justifiquem a imposição de penalidades mais grave que a sanção prevista na alínea "f" deste subitem (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156 § 9º, da Lei 14.133/2021).

12.4. Toda as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156 §7º, da Lei nº 14.133/2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade de infração cometida;

b) peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE.

12.6. O CONTRATANTE deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art.161 da Lei nº 14.133/2021).

12.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.8. Os débitos da CONTRATADA para a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26 de 13 de abril de 2022. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com

base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

13. DA SELEÇÃO, EXIGÊNCIAS MÍNIMAS PARA HABILITAÇÃO, APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1 - Forma de seleção

- a) O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.
- b) Também propomos o modo de disputa aberto, consoante Lei nº 14.133/2021;
- c) A LICITANTE ao apresentar sua proposta fica ciente de que o valor do quilômetro excedente corresponderá ao percentual de no máximo 50% do quilômetro franqueado;
- d) A LICITANTE ao apresentar sua proposta fica ciente de que os valores dos custos unitários das diárias e do pernoite só poderão assumir iguais ou inferiores aos estimados na planilha de proposição de preços a fim de que a competitividade e vantajosidade para Administração Pública sejam garantidas.

13.2 - Exigências Mínimas de Habilitação

13.2.1 Para a habilitação no Pregão Eletrônico será exigida, dentre outras, a ser definidas pela Comissão de Contratação do TRE-PI, a documentação relativa à:

13.2.1.1 Regularidade Fiscal:

- a) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de Situação – CRS fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial, ou vice-versa, quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e de Quitação da Dívida Ativa da União) que abrange a prova de regularidade para com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito – CND fornecido pelo INSS)";
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

13.2.1.2 Habilitação Jurídica:

- a) No caso de empresa individual, o registro comercial;
- b) No caso de sociedades empresárias, o estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, sendo que, das sociedades por ações, exige-se também a documentação demonstrativa da eleição de seus administradores;
- c) No caso de sociedade não empresarial, a inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, o Decreto de autorização e o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.2.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Para efeito de constatação da validade de tal certidão, será observada a seguinte ordem de preferência, a contar da expedição da certidão: o prazo de validade constante na própria certidão e o prazo de

validade de 90 (noventa) dias, ou certidão positiva com plano de recuperação homologado judicialmente.

13.2.1.4. Qualificação Técnico–Operacional:

a) A qualificação técnica dar-se-á por meio da comprovação de execução de atividades pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, expedido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.1.5 Da participação de cooperativas

a) É permitida a participação de cooperativa na forma da legislação vigente.

b) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

b1) ata de fundação;

b2) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

b3) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a atada assembleia;

b4) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; b

b5) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; b

b6) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

b7) última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

13.2.1.6. Da participação de consórcios

a) Poderão participar dessa contratação consórcio de empresas, observadas as normas contidas no art. 15 da Lei 14.133/2021.

13.3. Da apresentação da proposta

13.3.1. As proponentes devem, quando da apresentação de suas propostas, preencherem os campos em cinza das planilhas constantes do Anexo I.

13.3.1.1. Ao serem lançados, os valores das células em cinza, devem ser iguais ou inferiores aos constantes do Edital de Licitação.

13.3.2. As proponentes poderão solicitar o arquivo em Excel editável na extensão “xls” que contém as planilhas de composição de custos pelo e-mail: cct@tre-pi.jus.br;

13.3.3. A precisão adotada em todas as células das planilhas constantes do arquivo “ELEIÇÕES 2026 - Locação Veículos” é de duas casas decimais e, as proponentes que apresentarem valores com precisão diferente, tal proposta deverá ser reapresentada à Comissão de Contratação deste Regional.

13.3.4. O valor global da proposta não poderá ser superior a R\$ 130.574,85 (cento e setenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e cinco centavos).

13.3.5. Ficam cientes, as proponentes, que as demais células das planilhas contidas no Anexo I possuem vínculos com as de plano de fundo em cinza. Portanto, recomenda-se que as proponentes solicitem os arquivos na forma prevista no subitem 13.3.2.

13.4. Dos critérios de julgamento da proposta

13.4.1. A classificação das propostas será pelo **critério menor preço global**.

13.4.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de **5%**.

14. DA GARANTIA

14.1- Para os fins de ressarcir danos e resguardar a Administração Pública de possíveis prejuízos, a CONTRATADA deverá:

a. **Prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor dos serviços contratados**, em uma das modalidades previstas no § 1º, do art. 96, da Lei 14.133/2021;

a.1. No caso de apresentação de garantias nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, o prazo de validade desta garantia deverá ser superior ao da vigência do contrato, em pelo menos três meses, de sorte a contemplar tempo hábil para as resilições dos contratos de trabalho.

a.2. A CONTRATADA se obriga a apresentar nova garantia, no prazo máximo de dois dias antes do seu vencimento ou no caso de prorrogação do contrato, sendo que no caso de redução do seu valor em razão de aplicação de quaisquer penalidades, ou ainda, após a assinatura de termo aditivo que implique na elevação do valor do contrato, o prazo máximo de apresentação de nova garantia ou de garantia complementar será de até 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação do referido aditamento, mantendo-se o percentual estabelecido no subitem 14.1, a.

a.3. A garantia, ou parte remanescente, será devolvida a CONTRATADA após o cumprimento integral das obrigações decorrentes do contrato, inclusive a comprovação dos acertos resilitórios dos contratados de trabalho de seus empregados.

a.4. A não apresentação da garantia, ou da sua complementação, quando for o caso, fora do prazo estabelecido, sem justificativa, ensejará a aplicação das sanções previstas neste contrato e em lei.

b. A garantia apresentada tem por finalidade assegurar o pagamento de:

b.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato.

b.2. Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à CONTRATADA e por outros Órgãos de fiscalização pública.

b.3. Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

b.4. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

c. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nas alíneas anteriores, observada a legislação que rege a matéria.

d. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária. Neste caso a contratada deverá solicitar do TRE-PI Ofício destinado à CEF para este fim.

e. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

f. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. A fiança bancária somente pode ser prestada por instituição financeira devidamente autorizada pelo Banco Central, nos termos da Lei nº 4.595/64 e da Resolução CMN nº 2.325/96.

g. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

h. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

i. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

j. Será considerada extinta a garantia:

j.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

j.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h.2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

k. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

l. A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

15. DOS APÊNDICES E ANEXOS

15.1 Fazem parte deste Termo de Referência os seguintes apêndices:

Apêndice I – Estudos Técnicos Preliminares (doc. SEI 0002641980);

Apêndice II – Mapa de Riscos (doc. SEI 0002642051);

Apêndice III – Pesquisa de Preços (doc. SEI 0002696591);

Apêndice IV – Política de Sustentabilidade (doc. SEI 0002730147); e

Apêndice V – Planilha de Proposição de Preços (doc. SEI 0002745350).

15.2 Fazem parte deste Termo de Referência os seguintes anexos:

Anexo I – Planilha de Custos e Formação de Preços (doc. SEI 0002696705);

Anexo II – Ordem e Relatório de Execução de Serviço (doc. SEI 0002696744); e

Anexo III - Tabulação de dados da pesquisa de preços (doc. SEI 0002696750).

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Na contraprestação dos serviços, a empresa contratada deverá apresentar notas fiscais de serviços;

16.2. O CONTRATANTE não ressarcirá qualquer dano aos veículos constatado pela CONTRATADA quando de sua(s) devolução(ões);

16.3. Os valores, quilometragem (franqueada e excedente) e pernoites previstos no Anexo I são reversíveis entre si.

16.4. Quaisquer dúvidas acerca do pleito poderão ser esclarecidas pela Coordenadoria de Apoio Administrativo deste Tribunal, de segunda a sexta-feira no horário das 8h às 13h, pelo telefone (86) 2107-9746.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto de Amorim Coelho**, Analista Judiciário, em 29/05/2026, às 13:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0002745189** e o código CRC **CFDF6360**.

0016890-89.2025.6.18.8000

0002745189v13



V

--